ENCONTRO DE ANGICOS: POR UM PACTO EDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE

Umberto de Araújo Medeiros [1]

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, marcado por uma politização desregrada e pela desvalorização dos princípios essenciais à vivência humana em sociedade, defender a educação escolar, social e emancipatória como um direito fundamental e um instrumento indispensável para a promoção da dignidade humana, da justiça social e do desenvolvimento social sustentável é essencial. Como nos lembra Morin (2013, p. 27) "a noção de desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz social, a democracia". Esse contexto, marcado por desafios complexos exigem respostas coletivas e integradas, a construção de caminhos partilhados para a qualificação e democratização da educação revela-se não apenas uma necessidade, mas uma urgência.

Neste cenário, surge o Pacto Educativo do Estado do Rio Grande do Norte, movimento inspirado no Pacto Educativo Global lançado pelo Papa Francisco (in memoriam) no ano de 2019 e relançado no ano de 2020, que se estrutura sobre princípios de "*colocar a pessoa no centro, ouvir as novas gerações, promover a mulher, responsabilizar a família, se abrir à escolha (acolher os mais vulneráveis), renovar a economia e a política, e cuidar da casa comum*"[2], e alargada pelo Papa Leão XIV no ano de 2026, através da Carta Apostólica *Traçando Novas Esperanças*[3], que ampliou o seu direcionamento acrescentando os princípios de *cultivar a vida interior, formar para o uso crítico e responsável da inteligência artificial e das novas tecnologias e promover uma cultura de paz*, orientando tanto as políticas públicas quanto as práticas educativas em direção a uma formação que transcende a mera transmissão

[1] Doutor em Educação – Professor Assistente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – Campus Angicos/RN, Email: umberto@ufersa.edu.br.

[2] Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Pacto Educativo Global: vademecum**. Vaticano, 2020. Disponível em: https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2026.

[3] Cf. LEÃO XVI, Papa. **Carta Apostólica Traçando Novas Esperanças.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_letters/documents/20251027-disegnare-nuove-mappe.html. Acesso em 03 de setembro de 2026.

de conhecimentos, comprometendo-se com a formação humana integral e a transformação social.

Teoricamente, este trabalho se fundamenta nas contribuições de pensadores que revolucionam a compreensão do que é o ato educativo na contemporaneidade, dentre os quais se destaca: 1) Edgar Morin (1921-2026), que traz a perspectiva do pensamento complexo, defendendo que a educação não pode fragmentar o conhecimento, mas deve capacitar o ser humano a compreender o mundo em suas múltiplas dimensões; 2) Paulo Freire (1921-1997), que fundamenta a educação como prática da liberdade, fundamentada num processo dialógico, crítico e transformador, centrado na dignidade e na autonomia do educando; 3) Anísio Teixeira (1900-1971), pioneiro da educação pública e de qualidade no Brasil, que enfoca a educação como um bem público e um instrumento de igualdade e desenvolvimento social. A esses fundamentos somam-se os ensinamentos do 4) Papa Francisco (1936-2025), que propunha em suas publicações uma educação baseada na formação integral do homem, centrada na pessoa, no diálogo e fraternidade. Integram ainda a fundamentação teórica desse trabalho os autores indígenas contemporâneos Daniel Munduruku e Ailton Krenak, bem como o Papa Leão XIV, que reafirmam a educação como caminho de encontro, de fraternidade e de esperança, capaz de tecer uma cultura que valorize a vida e o bem-comum.

Apresenta-se, assim, este trabalho, que tem como objeto analisar as reflexões, debates e proposições resultantes do *Encontro de Angicos*, realizado no dia 27 de novembro de 2025, nas dependências da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), no município de Angicos/RN, fruto de uma atividade de Extensão Universitária das Disciplinas de Filosofia da Ciência e Ética e Legislação do referido Campus Universitário do Centro Multidisciplinar de Angicos.

O evento configurou-se como um espaço privilegiado de diálogo interinstitucional e intersetorial, congregando uma ampla rede de atores sociais e educacionais. Estiveram presentes representantes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e da Universidade Católica do Rio Grande do Norte (Unicatólica do RN), além de membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional RN (OAB/RN), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN), da 8ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC), prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais de educação e cultura de e

representantes institucionais de 101 municípios potiguares, assim como discentes, docentes e técnicos administrativos das Universidades supracitadas, bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sacerdotes, diáconos, leigos da Igreja Católica da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, formada pela Arquidiocese de Natal, Diocese de Mossoró e Diocese de Caicó/RN, que são representantes da Comissão Estadual do Pacto Educativo no Rio Grande do Norte e representantes de outras Igrejas e instituições religiosas de cidades do Estado.

Justifica-se este estudo, pela necessidade de fortalecer a articulação entre os diferentes entes federativos, as instituições de ensino, o poder público e a sociedade civil organizada, de modo a superar a fragmentação das ações educacionais e construir uma agenda comum e duradoura para a educação no Rio Grande do Norte. Acredita-se, que por meio de um esforço coletivo, sustentado por um compromisso ético e político partilhado, será possível avançar rumo a uma educação de qualidade socialmente referenciada, que atenda às especificidades e aos anseios do povo potiguar.

Dessa forma, têm-se como objetivos deste trabalho: relatar e analisar as contribuições decorrentes do Encontro de Angicos; compreender os princípios, as diretrizes e as propostas que estruturam o Pacto Educativo do Rio Grande do Norte; e evidenciar a importância da união de esforços entre instituições públicas, privadas, religiosas e a sociedade civil para a consolidação de uma educação integral, inclusiva e transformadora no estado. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na análise documental e na síntese reflexiva das discussões realizadas durante o evento. Os dados e as ideias aqui apresentados resultam dos relatos, das exposições, dos debates em grupos e das plenárias, bem como das proposições formuladas coletivamente pelos participantes, permitindo compreender a diversidade de olhares e a convergência de propósitos em torno da causa educativa potiguar.

Como resultados e discussões, observa-se que o Encontro de Angicos representou um marco importante no processo de consolidação do Pacto Educativo do RN, ao possibilitar o compartilhamento de experiências, a identificação de desafios comuns e a formulação de compromissos concretos entre os diferentes atores envolvidos. As discussões evidenciaram que a educação não é responsabilidade exclusiva de um setor ou de um nível de governo, mas uma tarefa de todos, que exige cooperação, continuidade e corresponsabilidade. Ficou evidenciado, ainda, a relevância de se pautar as ações educativas pelos valores da dignidade humana, da

solidariedade, da sustentabilidade e da inclusão, reafirmando a educação como um direito que deve ser garantido ao longo de toda a vida.

Entende-se, que o Encontro de Angicos não se restringiu a um momento de reflexão, mas constituiu-se como um passo concreto na direção de uma nova cultura educacional no Rio Grande do Norte. O Pacto Educativo que dele emerge expressa a convicção de que é possível construir um sistema educacional mais justo e humano, desde que haja união, diálogo e compromisso com a formação integral das pessoas. Necessário se faz compreender a pessoa como humana, situá-lo no seu contexto sociocultural. Como nos afirma Morin (2011, p. 43), "conhecer o humano é, antes de tudo, situá-lo no universo, e não o separara-lo". Espera-se que os frutos deste encontro possam germinar em políticas públicas efetivas, baseadas nas necessidades da pessoa humana em sociedade e em práticas pedagógicas renovadas, contribuindo, de forma significativa, para o desenvolvimento educacional e social do nosso Estado.

2 O PACTO EDUCATIVO GLOBAL COMO REFERÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO SÓCIO-EDUCACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

A educação é fundamental para a construção de sociedades democráticas, a promoção da dignidade humana e a ampliação da participação social. Sua finalidade ultrapassa a transmissão de conteúdo, pois envolve a formação intelectual, ética, cultural e política das pessoas. Enfrentar os desafios educacionais do Rio Grande do Norte requer, portanto, reconhecer as relações entre escolas, universidades, famílias, poder público, comunidades e organizações sociais. Como nos lembra Krenak (2020, p. 33) "definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações". Os problemas educacionais articulam questões de pensamento coletivo, de individualidades, aprendizagens, formação docente, formação humana, inclusão, desigualdades, tecnologias e sustentabilidade. Não podem ser enfrentados por instituições que atuem isoladamente. Um Pacto Educativo estadual deve ser compreendido como compromisso público em construção, capaz de aproximar diferentes atores em torno de objetivos comuns, sem substituir as responsabilidades legais de cada instituição, de cada pessoa, respeitando as suas particularidades e intenções de vida e sociedade.

Essa perspectiva dialoga com o pensamento complexo de Edgar Morin, que propõe relacionar conhecimentos e reconhecer as interdependências entre os fenômenos; com Paulo

Freire, que enfatiza diálogo, autonomia e participação crítica; e com Anísio Teixeira, cuja defesa da educação pública relaciona escola, democracia e igualdade de oportunidades. A articulação proposta exige compromisso ético e político, planejamento e continuidade, sem diluir as obrigações do Estado. Esse entendimento fundamenta a trajetória que levou do primeiro encontro em Natal ao Encontro de Angicos.

A mobilização em torno de um Pacto Educativo no Rio Grande do Norte toma como referência o Pacto Educativo Global, lançado pelo Papa Francisco em 2019 e relançado em 2020. O ideário de construção de um pacto educativo para todos, é fundamentado no pensamento de que "o global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizado de que fazemos parte" (MORIN, 2011, p. 34). A iniciativa convoca a sociedade a renovar o compromisso com a educação, colocando a pessoa no centro da formação e promovendo solidariedade, diálogo entre gerações e responsabilidade pelo bem comum. Entre seus princípios estão valorizar a pessoa, ouvir as novas gerações, promover a mulher, responsabilizar as famílias, acolher os mais vulneráveis, renovar a economia e a política e cuidar da casa comum. Esses eixos relacionam a educação às condições sociais, à inclusão, às decisões públicas e à sustentabilidade.

2.1 DO ENCONTRO DE NATAL/RN À ANGICOS/RN

O Encontro de Angicos/RN integrou um processo de mobilização iniciado em 21 de fevereiro de 2025, quando ocorreu, na Escola Nossa Senhora das Neves (PRONEVES), em Natal/RN, o primeiro encontro pela construção do Pacto Educativo do Estado do Rio Grande do Norte. A partir daquela atividade surgiu a perspectiva de realizar um novo encontro em Angicos, ampliando a convocação de instituições e forças sociais interessadas em contribuir para uma agenda educacional comum. O encontro realizado em novembro de 2025 foi, portanto, continuidade dessa mobilização. Seu propósito foi reunir diferentes setores em torno da conjunção de esforços, envolvendo poder público estadual e municipal, universidades, institutos federais, órgãos de justiça, entidades profissionais, Igrejas e representantes da sociedade civil.

A presença de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de câmaras municipais e secretários de educação e cultura destacou a importância de envolver agentes com responsabilidades públicas e capacidade de diálogo com as realidades locais. A realização do evento na UFERSA,

em Angicos, contribuiu para interiorizar o debate. Conforme registrado na introdução, estiveram representados 101 municípios potiguares. Esse dado demonstra a abrangência territorial da mobilização, mas não deve ser confundido com adesão formal de todos os municípios a compromissos específicos. A continuidade entre Natal e Angicos evidencia que o pacto é um processo em construção, cuja consolidação requer sistematização dos encaminhamentos, definição de responsabilidades e acompanhamento das ações.

Realizado em 27 de novembro de 2025, nas dependências da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Angicos/RN, o encontro constituiu uma ação de extensão universitária vinculada às disciplinas de Filosofia da Ciência e Ética e Legislação, no Centro Multidisciplinar de Angicos, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). A atividade aproximou a formação acadêmica de uma questão pública relevante, articulando conhecimentos universitários, experiências institucionais e preocupações sociais. A extensão favorece a interação entre universidade e sociedade, promovendo circulação de conhecimentos e escuta de demandas. Nesse contexto, a Filosofia da Ciência contribui para examinar a produção e os usos do conhecimento diante de problemas complexos, enquanto Ética e Legislação permite refletir sobre valores, direitos, deveres e responsabilidades institucionais.

O encontro reuniu mais de 300 participantes, entre representantes de instituições de ensino superior, órgãos públicos, entidades profissionais, organizações religiosas, gestores municipais, docentes, discentes, técnicos administrativos e outros atores sociais. A participação evidencia a capacidade de mobilização da atividade, embora o número de presentes, isoladamente, não permita medir os efeitos posteriores dos encaminhamentos. A UFERSA ofereceu espaço para diálogo e reflexão, mas a continuidade do pacto depende da participação articulada dos demais atores.

A programação do Encontro de Angicos teve início com uma mesa de abertura e manifestações institucionais de representantes das principais instituições de ensino superior e de educação do Rio Grande do Norte, incluindo a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Unicatólica. Também participaram representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), bispos da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, representantes de prefeitos e de secretários municipais de educação do estado, entre outras autoridades e instituições envolvidas na construção da proposta. Essa composição conferiu ao encontro um caráter plural e interinstitucional, evidenciando a compreensão de que

os desafios educacionais não podem ser enfrentados de maneira isolada, mas exigem cooperação entre universidades, redes de ensino, poder público, instituições religiosas e sociedade civil.

A mesa de abertura do encontro ressaltou a importância de estabelecer compromissos coletivos em favor de uma educação que trabalhe com uma pedagogia humanizadora, inclusiva, democrática e socialmente referenciada. A diversidade dos participantes demonstrou que a construção de um pacto educativo estadual pressupõe o reconhecimento das diferentes experiências institucionais e das particularidades territoriais, culturais, econômicas e sociais do Rio Grande do Norte.

Baseada na pedagogia inspirada no método freiriano, acredita-se que "não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como qualquer "coisa", com eles se estabelece uma relação dialógica permanente" (FREIRE, 2005, p. 63). Nessa perspectiva, o encontro representou uma oportunidade para aproximar instituições que, embora possuam atribuições distintas, compartilham responsabilidades na promoção dos direitos educacionais e na formação integral dos cidadãos e de articulá-los com os estudantes, ativistas, pesquisadores e membros de diversas instituições religiosas, sociais e educacionais que procuram aproximar os conhecimentos e ações sócio/políticas e culturais ao publico menos favorecidos da sociedade.

Na sequência, foram realizadas explanações sobre os fundamentos e os objetivos do Pacto Educativo Global, iniciativa inspirada pelo Papa Francisco, que propõe a renovação do compromisso coletivo com uma educação emancipatória, tendo a pessoa humana no centro dos processos formativos. As discussões abordaram a necessidade de fortalecer a colaboração entre os diferentes setores sociais, valorizar as novas gerações, promover a participação das mulheres, reconhecer a importância da família, acolher as pessoas em situação de vulnerabilidade, desenvolver uma economia e uma política comprometidas com a dignidade humana e cuidar da Casa Comum. Esses princípios foram apresentados como referências para a construção de uma agenda educativa capaz de articular formação humana, justiça social, responsabilidade ambiental e participação cidadã.

Além da apresentação dos fundamentos do Pacto Educativo Global, foram compartilhadas informações sobre as iniciativas e ações já desenvolvidas no Rio Grande do Norte com vistas à construção de um pacto educativo estadual. Esse momento permitiu situar o encontro de Angicos no contexto de uma mobilização mais ampla, iniciada anteriormente em

Natal, e reconhecer os esforços de articulação já realizados. Ao mesmo tempo, evidenciou-se a necessidade de avançar da sensibilização institucional para a elaboração de propostas concretas, com definição de prioridades, estratégias de execução e mecanismos de acompanhamento. Desse modo, o pacto foi compreendido não apenas como uma declaração de intenções, mas como um processo de construção coletiva que demanda continuidade, organização e corresponsabilidade.

Com o objetivo de ampliar a participação e transformar as reflexões iniciais em propostas de ação, os participantes foram distribuídos em cinco grupos de trabalho, compostos por representantes de diferentes instituições e segmentos sociais. A organização dos grupos buscou favorecer o diálogo entre experiências diversas, permitindo que os participantes identificassem desafios, discutissem possibilidades de cooperação e formulassem sugestões para a implementação do Pacto Educativo no âmbito estadual. Essa metodologia contribuiu para descentralizar as discussões e valorizar a participação dos sujeitos envolvidos, reconhecendo que a construção de uma agenda educacional comum requer escuta, negociação e articulação entre diferentes perspectivas.

Os trabalhos em grupo constituíram uma etapa importante do encontro, uma vez que possibilitaram aproximar os princípios gerais do pacto das necessidades e possibilidades concretas da realidade potiguar. As propostas elaboradas foram posteriormente apresentadas aos participantes, permitindo o compartilhamento das contribuições e a identificação de pontos que poderiam orientar a continuidade da mobilização. Esse momento de socialização favoreceu uma compreensão coletiva dos desafios envolvidos e reforçou a importância de estabelecer canais permanentes de comunicação entre as instituições participantes. A apresentação dos resultados também tornou evidente que a efetivação do pacto depende da capacidade de transformar as contribuições produzidas em encaminhamentos institucionais articulados e passíveis de acompanhamento.

Como desdobramento das discussões e do planejamento apresentado, identificou-se a necessidade de realizar mais dois encontros estaduais, previstos para Mossoró e Caicó, com a finalidade de dar continuidade ao processo de mobilização e aprofundar as possibilidades de implementação do Pacto Educativo no Rio Grande do Norte. A perspectiva desses novos encontros amplia o alcance territorial da iniciativa e cria oportunidades para discutir temáticas específicas relacionadas aos princípios do pacto, incluindo a valorização das mulheres, a proteção ambiental, o cuidado com a Casa Comum, a defesa das minorias, a inclusão social e o fortalecimento dos vínculos entre educação, família e comunidade. Assim, a continuidade da

agenda poderá contribuir para aproximar os compromissos gerais das demandas dos territórios e das populações que historicamente enfrentam situações de desigualdade e exclusão.

Em síntese, a trajetória entre o encontro realizado em Natal e a atividade promovida em Angicos revela um movimento de articulação institucional que busca construir bases para uma política de cooperação educativa no estado. O encontro de Angicos destacou-se pela diversidade de representações, pela participação de diferentes segmentos sociais e pela adoção de uma metodologia voltada à elaboração coletiva de propostas. Entretanto, seus resultados devem ser compreendidos como parte de um processo ainda em desenvolvimento, cuja efetividade dependerá da continuidade do diálogo, da definição de responsabilidades, da mobilização de recursos e do acompanhamento dos compromissos assumidos. A realização dos encontros subsequentes em Mossoró e Caicó representa, nesse sentido, uma oportunidade de aprofundar as discussões, ampliar a participação social e estabelecer mecanismos que favoreçam a implementação das ações planejadas.

3 A ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E A CONJUNÇÃO DE FORÇAS

A composição do Encontro de Angicos expressou a busca por reunir instituições com atribuições distintas em torno de uma preocupação comum. Participaram representantes da UFERSA, UFRN, UERN, IFRN e Unicatólica do RN, além do Ministério Público, da OAB/RN, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, da 8ª DIREC (Angicos/RN), representantes da Igreja Católica, da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte e de diversas denominações religiosas. Essa diversidade aproxima o debate da produção do conhecimento, da proteção de direitos, da memória cultural e das estruturas públicas relacionadas à educação e a vivência das classes sociais menos favorecidas sócio/educacional/economicamente.

A presença de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de câmaras municipais e secretários municipais de educação e cultura reforçou a dimensão municipal da proposta. Os municípios vivenciam desafios específicos e podem contribuir para identificar necessidades e compartilhar experiências. A expressão “conjunção de forças” não significa eliminar divergências, mas estabelecer cooperação com respeito à autonomia institucional, transparência e clareza de responsabilidades. A participação de representantes de 101 municípios amplia a possibilidade de incorporar diferentes realidades ao debate. Para que essa abrangência se transforme em

participação duradoura, será necessário manter canais de interlocução com os territórios e acompanhar os encaminhamentos. O pacto não se consolida apenas pela reunião de instituições, mas pela capacidade de construir compromissos viáveis e sustentados ao longo do tempo.

O encontro contou com bispos vinculados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sacerdotes, diáconos e leigos da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte, formada pela Arquidiocese de Natal e pelas Dioceses de Mossoró e Caicó, além de representantes de outras Igrejas e instituições religiosas. Essa presença integra a proposta de mobilizar diferentes segmentos em torno da educação como causa pública. As comunidades religiosas mantêm vínculos com famílias e grupos locais e podem contribuir para a reflexão ética, a solidariedade e a mobilização comunitária. Essa participação, porém, deve respeitar a pluralidade da sociedade e garantir espaço a pessoas e instituições de diferentes convicções.

O pacto estadual não se confunde com uma iniciativa confessional: sua orientação deve permanecer vinculada ao direito à educação, à dignidade humana e ao bem comum. A referência à Província Eclesiástica também adquiriu relevância para a organização territorial das etapas posteriores. A divisão territorial das dioceses foi indicada como ponto de partida para desenvolver ações por territórios, sem restringir a participação às instituições religiosas. A estratégia deverá dialogar com municípios, sistemas de ensino, universidades e organizações locais, mantendo o caráter plural da construção do pacto.

3.1 A TERRITORIALIZAÇÃO: DO ENCONTRO À CONTINUIDADE DAS AÇÕES

Entre os encaminhamentos do *Encontro de Angicos* esteve a perspectiva de desenvolver ações por territórios no Rio Grande do Norte, começando pela divisão territorial das Dioceses da Província Eclesiástica. Essa orientação busca favorecer a continuidade da mobilização e aproximar as discussões das realidades locais. A amplitude do encontro exige formas de interlocução que ultrapassem os grandes eventos. A organização territorial pode facilitar a circulação de informações, a identificação de prioridades e o acompanhamento das propostas. A divisão das dioceses deve ser entendida como referência inicial de mobilização, articulada às estruturas municipais, regionais e educacionais existentes.

Como possibilidades para as próximas etapas, podem ser consideradas a sistematização dos registros, a identificação dos atores de cada território, a realização de escutas locais e a definição de formas de acompanhamento. Essas medidas são possibilidades de organização,

não ações que devam ser apresentadas como já executadas. Professores, gestores escolares, estudantes, famílias, gestores públicos, universidades e organizações comunitárias podem contribuir para identificar prioridades e elaborar respostas adequadas. Também será importante manter a comunicação entre os territórios, evitando iniciativas isoladas e favorecendo a troca de experiências. A universidade pode colaborar com extensão, formação e sistematização de informações, em diálogo com os atores locais. Assim, a territorialização poderá aproximar a mobilização estadual das comunidades e fortalecer a continuidade do pacto.

A construção de um Pacto Educativo no Rio Grande do Norte requer princípios capazes de orientar o diálogo e a formulação de propostas. Entre os eixos destacados estão a centralidade da pessoa, a escuta das novas gerações, a valorização da mulher, a corresponsabilidade com as famílias, o acolhimento dos mais vulneráveis, a renovação da economia e da política e o cuidado com a casa comum. A centralidade da pessoa implica reconhecer a pessoa humana como sujeitos de direitos e considerar as condições de aprendizagem, a inclusão, a autonomia e a participação. Ouvir as novas gerações significa criar oportunidades para que crianças, adolescentes e jovens contribuam para decisões que afetam sua formação. A valorização da mulher e o diálogo com as famílias devem enfrentar desigualdades, sem culpabilizar as famílias ou desconsiderar as responsabilidades do Estado.

O acolhimento dos grupos vulnerabilizados exige atenção às barreiras sociais, econômicas, culturais e territoriais. O cuidado com a casa comum relaciona a formação às questões ambientais e à sustentabilidade. Já o uso crítico das tecnologias, incluindo a inteligência artificial, requer atenção à privacidade, à confiabilidade das informações, à autoria e às desigualdades de acesso. A cultura de paz envolve diálogo, respeito às diferenças e formas não violentas de enfrentar conflitos. Esses princípios precisam ser convertidos em prioridades contextualizadas e compatíveis com as atribuições institucionais. As contribuições de Morin, Freire, Anísio Teixeira e dos autores indígenas Daniel Munduruku e Ailton Krenak podem ampliar a reflexão sobre complexidade, educação pública, diversidade de saberes e relação com os territórios, preservando as diferenças entre suas perspectivas. O desafio do pacto é transformar valores gerais em compromissos participativos, viáveis e acompanháveis.

A análise do Encontro de Angicos permite destacar a continuidade da mobilização iniciada em Natal, a amplitude da participação, o envolvimento do poder público, a contribuição da extensão universitária e a perspectiva de territorialização. Esses elementos demonstram o esforço de aproximar instituições diversas em torno da educação como responsabilidade compartilhada. A presença de mais de 300 participantes e de representantes de 101 municípios,

juntamente com universidades, órgãos públicos, entidades profissionais e Igrejas, ampliou o diálogo e favoreceu o intercâmbio de perspectivas. Entretanto, a participação não deve ser confundida com adesão formal de todos os municípios nem com implementação das propostas discutidas.

A realização do encontro na UFERSA Angicos, como ação de extensão vinculada às disciplinas de Filosofia da Ciência e Ética e Legislação, aproximou a formação acadêmica de uma questão pública. A perspectiva de organizar ações por territórios, tomando inicialmente como referência a divisão das dioceses, aponta para a necessidade de dar sequência à mobilização, em articulação com as estruturas públicas e educacionais existentes. Para a análise científica, é importante distinguir mobilização, definição de encaminhamentos e implementação. O encontro criou condições para o diálogo e indicou possibilidades de continuidade; a execução das ações exige planejamento, atribuição de responsabilidades e acompanhamento. A sistematização dos registros pode preservar a memória do processo e evitar que propostas sejam apresentadas como resultados já alcançados.

Essa perspectiva dialoga com o pensamento complexo de Edgar Morin, que propõe relacionar conhecimentos e reconhecer as interdependências entre os fenômenos; com Paulo Freire, que enfatiza diálogo, autonomia e participação crítica; e com Anísio Teixeira, cuja defesa da educação pública relaciona escola, democracia e igualdade de oportunidades. A articulação proposta exige compromisso ético e político, planejamento e continuidade, sem diluir as obrigações do Estado. Esse entendimento fundamenta a trajetória que levou do primeiro encontro em Natal ao Encontro de Angicos.

O Encontro de Angicos deve ser compreendido como etapa relevante de um processo em construção. Seu potencial está na conjunção de forças, na ampliação territorial do debate e na possibilidade de converter princípios compartilhados em ações duradouras. Os problemas educacionais articulam questões de acesso, permanência, aprendizagem, formação docente, inclusão, desigualdades, tecnologias e sustentabilidade. Não podem ser enfrentados por instituições que atuem isoladamente. Um Pacto Educativo estadual deve ser compreendido como compromisso público em construção, capaz de aproximar diferentes atores em torno de objetivos comuns, sem substituir as responsabilidades legais de cada instituição.

A consolidação do Pacto Educativo dependerá da continuidade do diálogo, da participação das comunidades e da capacidade de transformar os encaminhamentos em compromissos verificáveis. A educação, compreendida como àquela desenvolvida nos espaços formais e não-formais é fundamental para a construção de sociedades democráticas, a promoção

da dignidade humana e a ampliação da participação social. Sua finalidade ultrapassa a transmissão de conteúdos, pois envolve a formação intelectual, ética, cultural e política das pessoas. Enfrentar os desafios educacionais do Rio Grande do Norte requer, portanto, reconhecer as relações entre escolas, universidades, famílias, poder público, comunidades e organizações sociais.

.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um Pacto Educativo para o Rio Grande do Norte corresponde a um esforço de aproximação entre instituições e sujeitos que reconhecem a educação como direito fundamental, bem público e responsabilidade coletiva. A complexidade dos desafios educacionais exige superar abordagens fragmentadas e criar espaços de cooperação capazes de articular políticas públicas, conhecimento acadêmico, participação social e experiências comunitárias. A inspiração do Pacto Educativo Global contribui para situar essa mobilização em um horizonte de formação integral, dignidade humana, inclusão, solidariedade, sustentabilidade e cultura de paz.

O percurso apresentado neste texto evidencia a importância de compreender o Encontro de Angicos como continuidade do primeiro encontro pela construção do pacto, realizado na Escola Nossa Senhora das Neves (PRONEVES), em Natal, em 21 de fevereiro de 2025. A realização da atividade em 27 de novembro de 2025, na UFERSA Angicos, ampliou a mobilização e reuniu mais de 300 participantes, incluindo representantes de 101 municípios potiguares e de diferentes instituições públicas, acadêmicas, profissionais, religiosas e sociais. A diversidade da participação reforçou a compreensão de que a educação não é responsabilidade exclusiva de um único setor.

A realização do encontro como ação de extensão universitária, vinculada às disciplinas de Filosofia da Ciência e Ética e Legislação, também demonstrou a possibilidade de integrar formação acadêmica e debate público. A universidade pode contribuir para a reflexão crítica, a aproximação entre saberes e a sistematização das experiências, mantendo diálogo com os atores sociais e respeitando as competências institucionais. A extensão assume relevância quando permite que questões públicas ingressem no espaço universitário e que a universidade participe, de maneira colaborativa, da construção de respostas coletivas.

O Encontro de Angicos não deve ser compreendido como conclusão do processo, mas como uma etapa de mobilização e organização. Entre os encaminhamentos indicados está o desenvolvimento de ações por territórios no estado, tomando inicialmente como referência a divisão territorial das Dioceses da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte. Essa perspectiva oferece uma possibilidade de aproximar a agenda estadual das realidades locais, desde que a organização territorial permaneça aberta à participação plural e articulada às estruturas públicas e educacionais existentes.

A continuidade do pacto exigirá transformar a disposição ao diálogo em procedimentos de trabalho. Será necessário sistematizar propostas, identificar prioridades, definir responsabilidades, estabelecer canais de comunicação e acompanhar as ações realizadas. Esses passos são fundamentais para que o processo não se limite a encontros pontuais e para que as expectativas formuladas possam ser avaliadas à luz dos resultados efetivamente alcançados. A construção de um pacto demanda tempo, confiança institucional e compromisso com a continuidade.

A pluralidade dos participantes constitui uma potencialidade, mas também exige atenção à qualidade da participação. A convergência em torno da educação não pressupõe ausência de divergências; exige, antes, condições democráticas para que diferentes perspectivas sejam ouvidas e para que as decisões sejam construídas de forma transparente. O respeito às atribuições de cada instituição e à diversidade das comunidades deve orientar a cooperação, evitando tanto a fragmentação quanto a concentração do processo em um único setor.

Em síntese, o Encontro de Angicos contribuiu para fortalecer a mobilização em favor de um Pacto Educativo estadual ao dar continuidade ao movimento iniciado em Natal, reunir atores de diferentes setores e indicar a territorialização como caminho para as próximas etapas. Seu significado mais importante reside na possibilidade de consolidar uma cultura de corresponsabilidade, na qual o compromisso com a educação seja sustentado pelo diálogo, pela participação e pela articulação institucional. A efetividade desse horizonte dependerá da capacidade coletiva de converter princípios em ações, sem perder de vista a dignidade das pessoas, as especificidades dos territórios e a educação como direito de todos.

A partir dos diálogos e encaminhamentos construídos no Encontro de Angicos, pretende-se dar continuidade à mobilização por meio de novos encontros nos municípios de Mossoró e Caicó, ampliando a territorialização do Pacto Educativo no Rio Grande do Norte. A proposta é fortalecer a articulação entre instituições de ensino, poder público, organizações da sociedade civil, comunidades religiosas e demais atores sociais, de modo que os princípios do

Pacto se traduzam em ações contextualizadas às realidades e necessidades de cada território. Esses encontros deverão favorecer a escuta, o diálogo e a construção coletiva de iniciativas comprometidas com uma educação humanizadora, inclusiva e socialmente referenciada. Nesse processo, pretende-se aprofundar temáticas fundamentais para a promoção da dignidade humana e do bem comum, especialmente a valorização das mulheres, o cuidado com o meio ambiente, a defesa da Casa Comum e o reconhecimento dos direitos de grupos historicamente marginalizados, pois como exorta o Papa Francisco na Carta Apostólica *Fratelli Tuttis* (2020, nº 216),

> A economia, a política, o crescimento e o progresso são aspectos que fazem parte de um modo de vida, de uma cultura do povo em que a educação deve procurar formar homens e mulheres capazes de serem protagonistas do bem comum. Para isso, é essencial disseminar uma cultura de encontro, onde se procure sempre pontos de contato, se constroem pontes, se projete algo que envolve a todos

A atenção às minorias e às populações em situação de vulnerabilidade deverá constituir um eixo transversal das discussões, reafirmando o compromisso com a equidade, o respeito às diferenças e a justiça social. Assim, os encontros de Mossoró e Caicó representam perspectivas de continuidade e expansão da experiência iniciada em Angicos, contribuindo para consolidar uma rede de cooperação capaz de transformar os princípios do Pacto Educativo em possibilidades concretas de participação, solidariedade e transformação social no território potiguar.

Conclui-se, que o Encontro de Angicos constituiu uma etapa significativa na construção do Pacto Educativo Estado do Rio Grande do Norte, ao aproximar instituições de ensino, poder público, organizações religiosas e demais atores sociais em torno de uma agenda comum. Sua contribuição ultrapassa a realização de um evento pontual, pois aponta para a necessidade de consolidar uma rede permanente de colaboração, orientada pela valorização da dignidade humana, pela democratização das oportunidades educacionais, pelo respeito às diferenças e pela responsabilidade socioambiental. Nessa perspectiva, o pacto poderá fortalecer uma compreensão de educação que não se limita aos espaços escolares ou universitários, mas se realiza na articulação entre instituições, comunidades e políticas públicas, tendo como horizonte a construção de uma sociedade comprometida com o bem comum.

Palavras-Chave: Pacto Educativo; Educação Integral; Formação Humana; Pensamento Complexo; Transformação Social.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Pacto Educativo Global: vademecum**. Vaticano, 2020. Disponível em: https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf. Acesso em 03 de Setembro de 2026.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si**: **sobre o cuidado da casa comum. Carta Encíclica**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 24 de maio de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 06 de Junho de 2026.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 07 de março de 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Bem, 2005.

FURTADO, Celso. **Não à Recessão e ao Desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KRENAK, Aiton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decrescimento Humano.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

LEÃO XVI, Papa. **Carta Apostólica Traçando Novas Esperanças.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_letters/documents/20251027-disegnare-nuove-mappe.html. Acesso em 03 de setembro de 2026.

MORIN, Edgar. **A Via para o Futuro da Humanidade.** Tradução de Edgar de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à educação do Futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos – roda de conversa com educandos.** Lorena, SP: UKA Editorial, 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO - JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.